

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031

***A DISPUTA SOBRE OS LIMITES ENTRE GUIANA FRANCESA E PORTUGUESA (1801-1817)<sup>1</sup>***

***THE BORDER CONFLICT BETWEEN FRENCH GUIANA AND PORTUGUESE GUIANA (1801-1817)***

***LA DISPUTA SOBRE LOS LÍMITES ENTRE GUAYANA FRANCESA Y PORTUGUESA (1801-1817)***

CHRISTIAN CWIK

University of the West Indies, St. Augustine Campus, Trinidad and Tobago

[christian.cwik@sta.uwi.edu](mailto:christian.cwik@sta.uwi.edu)

**Resumo:** O território do posterior estado de Amapá, pela primeira vez, foi delimitado pelos rios Oiapoque ao norte e o rio Paru ao ocidente, passando pelo Jari. No final do século XVII, novos ataques franceses ameaçaram a capitania hereditária de Cabo do Norte. O primeiro Tratado de Utrecht de 1713 obteve a completa renúncia francesa às possessões na margem esquerda do rio Amazonas, no Estado do Maranhão. A nova linha divisória de Utrecht ficou controvertida até a paz de Viena em 1815. Para pagar uma indenização de guerra das laranjas à França, Portugal reclamou pagamento de compensação e também o regulamento das fronteiras entre as Guianas. Em 1809, as tropas portuguesas ocuparam a Guiana Francesa e governaram a colônia até 1817. No Congresso de Viena, actas finales (Artigo 107) de 9 de junho de 1815, Portugal se compromete a restituir à França a Guiana Francesa até o rio Oiapoque.

**Palavras-chave:** Colonialismo Francês. Colonialismo Português. Guerras Napoleônicas. Invasão Portuguesa. Congresso de Viena 1814/15.

**Abstract:** The territory of the Brazilian state of Amapá was bounded for the first time by the rivers Oiapoque in the north, the Paru in the west, passing by the Jari. In the late XVIIth century, new French attacks threatened the hereditary captaincy of the Northern Cape. The first Treaty of Utrecht of 1713 included the full French renunciation of possessions on the left bank of the Amazon River in the state of Maranhão. The new dividing line of Utrecht was controversial until the Peace of Vienna in 1815. To pay compensation due to the War of the Oranges to France, Portugal demanded compensation payment and also the regulation of boundaries between the Guyanas. In 1809 Portuguese troops occupied French Guiana and ruled in the colony until 1817. At the Congress of Vienna, finales proceedings (Article 107) from June 9, 1815, Portugal agreed to give French Guiana back to France up until the Oiapoque river.

**Keywords:** French Colonialism. Portuguese Colonialism. Napoleonic Wars. Portugues Invasion. Congress of Vienna 1814/15.

**Resumen:** El territorio del estado brasileño de Amapá fue delimitada por primera vez por los ríos Oiapoque al norte, el Paru al oeste, pasando por el Jari. A finales del siglo XVII, los nuevos ataques franceses amenazaron la capitania hereditaria del Cabo Norte. El primer tratado de Utrecht de 1713 obtuvo la renuncia francesa a las posesiones en la orilla izquierda del río Amazonas en el Estado de Maranhão. La nueva línea divisoria de Utrecht fue controvertida hasta la paz de Viena en 1815. Para

---

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em agosto de 2015 e aprovado para publicação em novembro de 2015.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031

pagar una indemnización debido a la Guerra de las Naranjas a Francia, Portugal exigió el pago de indemnización y también el reglamento de los límites entre las Guyanas. En 1809 las tropas portuguesas ocuparon la Guayana Francesa y rigieron la colonia hasta 1817. En el Congreso de Viena, actas finales (artículo 107), de 9 de junio de 1815, Portugal se compromete restituir Francia a Guayana Francesa hasta el río Oiapoque.

**Palabras clave:** Colonialismo francés. Colonialismo portugués. Guerras napoleónicas. Invasión portuguesa. Congreso de Viena 1814/1815.

O estado atlântico e amazônico de Amapá está situado a nordeste da Região Norte do Brasil. O Amapá faz fronteira ao norte com a Guiana Francesa e a noroeste com o Suriname, além de ser delimitado pelo estado do Pará a oeste e sul. Desde os séculos XVI e XVII, a região conhecida na época por Costa do Cabo do Norte foi o foco de conflitos militares entre portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses. Uma das razões para os altos interesses variados dos europeus foi o controle da entrada e saída do rio Amazonas. Outro motivo foi a riqueza dos recursos naturais, principalmente a madeira, as resinas, os frutos corantes, os óleos vegetais, além dos produtos de pesca, mas o recurso mais cobiçado foi o ouro. Apesar das tentativas europeias para estabelecer colônias na Costa do Cabo do Norte, os índios caribes e aruaques foram capazes de defender grandes partes da sua terra Guiana, que significa "terra de muitas águas" em língua aruaque, até o século XIX. Em sua obra *The Discovery of the Large, Rich and Beautiful Empire of Guiana with a relation of the great and golden city of Manoa*, publicada em 1596<sup>2</sup>, o navegador e explorador britânico Sir Walter Raleigh descreveu as regiões da América desde o rio das Amazonas até a ilha da Trindade como "Império caribana". Dois anos depois, os primeiros neerlandeses chegam ao Cabo do Norte<sup>3</sup>.

Durante a União Ibérica de 1580 a 1640, o tratado de Tordesilhas e seu limite (meridiano de Tordesilhas) perderam sua significância. Em 1637, o explorador, sertanista e militar português Bento Maciel Parente (1567-1642) obteve de Filipe IV de Espanha e III de Portugal a concessão de todo o Cabo do Norte como capitania hereditária em reconhecimento aos seus muitos serviços. Depois da vitória contra a Espanha em 1640, as questões relacionadas com as fronteiras entre Espanha e Portugal prosseguiram novamente. O novo rei Dom João IV reconheceu o título de Bento Maciel Parente para fortalecer as reivindicações territoriais contra

<sup>1</sup> RALEIGH, Walter. *The Discovery of the Large, Rich and Beautiful Empire of Guiana with a relation of the great and golden city of Manoa (which the Spaniards call El Dorado)*. London: The Hakluyt Society, 1848.

<sup>2</sup> TYACKE, Sarah. English Charting of the River Amazon c. 1595-c. 1630. *Imago Mundi*, v. 32, p. 75, 1980.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031

os espanhóis e franceses. Sobretudo os franceses, proclamaram suas reivindicações baseados em carta-patente de 1605. Esta carta-patente outorgada pelo rei Henrique IV fizera Daniel de La Touche, sir de La Ravardière, seu lugar-tenente nas regiões da América desde o rio das Amazonas até a ilha da Trinidad.

de La Ravardière de La Touche, seu lugar-tenente-geral na terra da América, desde o rio das Amazonas até a ilha da Trinidad, que teria feito duas viagens diversas às Índias para descobrir portos e rios próprios para abordar e estabelecer colônias, o que teria tão felizmente sucedido que, tendo chegado naquelas bandas, tinha facilmente disposto os habitantes das ilhas do Maranhão e da terra firme adjacente vista por ele tupinambás, tabajaras e outros a buscar nossa proteção<sup>4</sup>.

Daniel de La Touche e o navegador Jean Mocquet ancoram no cabo Caciporé, visitam a terra de Yapoco, correm a costa do hoje Amapá, chegam à foz do rio Caiena e voltam à França levando um índio, chamado de Itapucu, que depois os acompanham em várias viagens. O objetivo das expedições francesas foi a fundação de uma colônia em torno da linha do Equador, chamada França Equinocial (antigamente denominada de linha Equinocial)<sup>5</sup>. Desde 1594, os franceses começaram com o estabelecimento de uma feitoria na ilha de São Luís, atual capital do estado brasileiro do Maranhão, por Jaques Riffault. Depois do fracasso da primeira tentativa de Riffault e Charles dês Vaux, o já citado Daniel de La Touche fundou a França Equinocial em março de 1612<sup>6</sup>, quando uma expedição francesa partiu do porto de Cancale, na Bretanha, com cerca de quinhentos colonos a bordo de três navios – “Régente”, “Charlotte” e “Saint-Anne” –, em direção à ilha de São Luís, onde chegaram no dia 26 de julho de 1612. Três anos depois, os portugueses reuniram tropas a partir da capitania de Pernambuco, lideradas pelo sertanista brasileiro Jerônimo de Albuquerque Maranhão e o militar português Alexandre de Moura. A expedição militar culminou com a capitulação francesa em 4 de novembro de 1615.

Não só os franceses estiveram interessados na região entre a ilha de Trinidad até o rio das Amazonas, mas também os ingleses. Lawrence Kemys ou só Keymis foi um marinheiro e companheiro de Sir Walter Raleigh em suas expedições à Guiana em 1595 e 1617-18. Ele foi o

---

<sup>3</sup> PIANZOLA, Maurice. *Des Français à la conquête du Brésil, XVIIe siècle, Les perroquets Jaunes*. Paris: Éditions L'Hormittan, 1991. p. 45.

<sup>5</sup> DAHER, Andréa. *Les Singularités de la France Équinoxiale: histoire de la mission des pères capucins au Brésil (1612-1615)*. Paris: Champion coll., 2002.

<sup>6</sup> ABBEVILLE, Claude d'. *História da missão dos padres capuchinos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Editora Siciliano, 2002; EVREUX, Yves d'. *Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 e 1614*. São Paulo: Siciliano, 2002.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031

primeiro a denominar o rio Oiapoque, em 1595<sup>7</sup>. Particularmente, a foz do Amazonas atraiu os ingleses nas primeiras duas décadas do século XVII. Uma companhia inglesa, presidida pelo Duque de Buckingham e comandada por Roger Fray, chega à foz do Amazonas em 1632. A pequena expedição construiu um reduto fortificado, denominado Forte de Cumaú, artilhado com sete peças. O Forte inglês de Cumaú localizava-se na altura da atual ponta da Cascalheira, à margem esquerda do rio Amazonas e existiu entre 1613 até 1627<sup>8</sup>. Nesse período, britânicos e neerlandeses fazem várias visitas registradas à foz do Amazonas e, supõe-se, às terras amapaenses, mas todos eles foram expulsos da região por tropas portuguesas.

A decisão de doar todo o Cabo do Norte como capitania hereditária a Bento Maciel Parente em 1637 foi uma consequência direta das bem sucedidas colonizações dos neerlandeses e franceses a norte de rio Oiapoque nos anos 20 e 30 do século XVII. O território do posterior estado de Amapá, pela primeira vez foi delimitado pelos rios Oiapoque ao norte, o rio Paru ao ocidente, passando pelo Jari<sup>9</sup>.

Desde 1635, o centro da colonização francesa foi Sinnamary, depois o Cardeal de Richelieu autorizou a colonização da Guiana em 1626. A *Compagnie de la France Équinoxiale* criada no ano 1635 foi responsável pela colonização de Guiana, mas fracassou. O francês Charles Poncet de Brétigny assentou os primeiros 400 colonos da Companhia de Rouen em Caiena em 1643<sup>10</sup>. Em 1658, a Companhia das Índias Ocidentais Neerlandesas (WIC) conquistou o território francês de Guiana para estabelecer a colônia neerlandesa do Cayenne. Já em 1615, 1626 e 1635 três experimentos neerlandeses de fundações na região de Caiena fracassam<sup>11</sup>. As dificuldades de colonização da Guiana Francesa eram o relevo acidentado, correntes marítimas fortes, dificultando a navegação nos rios, epidemias e pragas nas plantações, subpovoamento, etc.

---

<sup>7</sup> KEMYS, Lawrence. *A relation of the second voyage to Guiana*. New York: Theatrum Orbis Terrarum da Capo Press, 1968.

<sup>8</sup> CASTRO, Therezinha de. *O Brasil da Amazônia ao Prata*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1983. p.23.

<sup>9</sup> GÓES FILHO, Synesio Sampaio. *As Fronteiras do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2003. p. 93.

<sup>10</sup> BOYER, Paul. *Veritable relation de tout ce qui s'est fait et passé au voyage que Monsieur de Bretigny fit à l'Amerique Occidentale. Auec vne description des murs, & des prouinces de tous les sauuages de cette grande partie du Cap de Nord: vn dictionnaire del a langue, & vn aduis tres-necessaire à tous ceux qui veulent habiter ou faire habiter ce país-là, ou qui desirent d'y establir des colonies*. Paris : Chez Pierre Rocolet, 1654.

<sup>11</sup> GOSLINGA, Cornelis Ch. *A Short History of the Netherlands Antilles and Surinam*. Martinus Nijhoff. London: The Hague, 1979, p.89; 92.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031

Enfim, também os franceses fracassam com a colonização no século XVII e podem assegurar somente pequenos postos comerciais e militares<sup>12</sup>.

No final da década de 1650, ocorreu uma tentativa mais séria de colonização. A WIC enviou Jan Claessen Langendyck para colonizar a área novamente e montou uma colônia em 1659. Enfim, a colônia neerlandesa de Caiena foi apreendida pelos franceses em 1664. Durante a Guerra Franco-Holandesa (1672–78), os neerlandeses capturaram Caiena em 1676, mas no mesmo ano os franceses recapturaram a colônia. O novo governo francês queixou-se de que os franceses estavam indo para Cabo do Norte para comprar índios; com a ajuda de comerciantes e grupos indígenas, escravos negros também migraram em busca de liberdade, tanto a Guiana Portuguesa como Francesa<sup>13</sup>. Ambos os lados da fronteira desenvolveram uma fronteira para gente fora de lei. Em 1732, as duas Coroas assinaram um tratado internacional pelo qual cada uma mandaria de volta fugitivos da outra. Na prática, porém, as disputas territoriais tornaram impossível controlar a área de fronteira de forma eficaz. França e Portugal desconfiavam uns dos outros, mas as dificuldades impostas pela natureza tropical impediram o monitoramento da região.

No final do século XVII, novos ataques franceses ameaçaram a capitania hereditária de Cabo do Norte. Foi o marquês de Ferrolles, governador de Caiena, que chegou em 1694 ao rio Araguari na própria foz do Amazonas e iniciou disputas territoriais com a coroa portuguesa. No dia 31 de maio de 1697 o mesmo marquês de Ferrolles conquistou e arrasou o Forte de Macapá e algumas semanas mais tarde também o Forte do Desterro, que se localizava à margem direita da foz do rio Uacarapy, o Forte do rio Batabouto, à margem esquerda da foz do rio Batabouto e o Forte do rio Toheré, na confluência do rio Toheré com o rio Xingu<sup>14</sup>.

As dificuldades entre os franceses e portugueses levaram depois a algumas lutas e desinteligências, a negociações em 1698 e a um tratado provisório em 4 de março de 1700. O tratado neutralizava a área contestada até a conclusão de um acordo final. O tratado diz:

---

<sup>12</sup> GOMES, Flávio dos Santos; MARÇAL, Queiroz Jonas. Entre Fronteiras e Limites: identidades e espaços transacionais na guiana brasileira – séculos XVIII e XIX. *Estudos Ibero-Americanos*. v. 28, n. I, Porto Alegre, 2002, p. 32.

<sup>13</sup> GOMES, Flávio dos Santos. Other black Atlantic borders: Escape routes, Mocambos, and fears of sedition in Brazil and French Guiana (Eighteenth to nineteenth Centuries). *New West Indian Guide / Nieuwe West-Indische Gids (NWIG)*, v. 77, n. 3-4, 2003. p.254.

<sup>14</sup> SILVA PINTO, Luís Flodoardo. *Amazônia. Retrato de uma região questionada*. Porto Alegre: Editora Age, 2002, p. 23; MIGUEZ GARRIDO, Carlos. Fortificações do Brasil. *Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940, p. 21; 24; 29.

[...] deixou em suspenso a atribuição do território compreendido entre a ponta de Macapá e o cabo do Norte e daí pelo litoral até o Oiapoque, permitindo aos nacionais dos dois países estabelecer-se livremente entre aquele rio e o Amazonas, sem que nenhuma das duas Coroas pudesse, por este fato, reivindicar um direito de soberania ou instalar postos militares ou comerciais que implicassem tomada de posse. Esse *modus vivendi*, baseado na neutralização provisória do território contestado, seria mantido até a conclusão de um ajuste definitivo [...] <sup>15</sup>.

Na Guerra da Sucessão Espanhola disputou-se, entre 1701 e 1714, o direito de sucessão da coroa espanhola, depois da morte do último Habsburgo no trono espanhol, Carlos II. O tratado provisório de 1700 foi confirmado pela aliança de 1701 entre Portugal e França (1713-1715), em que Portugal tomou o partido de Inglaterra, Áustria e Países Baixos contra Luís XIV; uma aliança entre ingleses, alemães e portugueses, datada de 1703, tentou impedir a união dinástica entre Espanha e França. Com o Tratado de Methuen em 1703, Pedro II de Portugal permitiu à Inglaterra um comércio limitado com suas colônias na América. Os ingleses obtinham o direito de vender escravos por 30 anos por meio do *asiento*. Em 30 de abril de 1704, o rei borboun Felipe V de Espanha declarou guerra a Portugal. Em 7 de novembro de 1712, Portugal assinou armistícios com o novo rei da Espanha e com o rei francês Luís XIV. Posteriormente, Portugal assinou o Tratado de Paz com a França. No primeiro Tratado de Utrecht, em 11 de abril de 1713, obteve a completa renúncia francesa às possessões na margem esquerda do rio Amazonas, no Estado do Maranhão <sup>16</sup>. O art.12 do primeiro Tratado de Utrecht entre Portugal e França diz: “El rey de Francia, se empeña á no permitir, ques su subditos de Cayena ú otros, comercien en Marañón ni en la embocadura del río de las Amazonas. Les será prohibido pasar el río del Vicente-Pinscon. La Cayena será vedado a los Portugueses” <sup>17</sup>.

Também o artigo 8 do Tratado de Utrecht é dedicado ao conflito na região das Guianas e nomeou comissários de ambas as partes para fixar definitivamente os limites das Guianas Francesa e Portuguesa. O texto diz: “de todos os direitos e pretensões, que póde ou poderá ter sobre a propiedade as terras chamadas do Cabo do Norte, situadas entre o rio de

<sup>15</sup> ARAÚJO JORGE, A. G. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1999, p.57.

<sup>16</sup> PITT, H. G. The Pacification of Utrecht. In: BROMLEY, J. S. *The New Cambridge Modern History*. Cambridge: UK, 1970, p.470; WOLF, John Baptist. *The Emergence of the Great Powers: 1685–1715*. New York: Harper & Brothers, 1951, p. 89–91; MCKAY, Derek; SCOTT, Hamish. *The Rise of the Great Powers*. London: Longman, 1983.

<sup>17</sup> BOY, Jaime. *Diccionario teórico, práctico, histórico y geográfico de comercio*, 2 Junta y Consulado de Comercio. Barcelona: Imprenta de Valentin Torras, 1840, p. 626.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031

Amazonas, e o do Oyapock o de Vicente Pinzon, sem reservar ou reter porção alguma das ditas terras”<sup>18</sup>.

A nova linha divisória de Utrecht foi controversa até a paz de Viena em 1815. Em primeiro lugar, o Tratado de Utrecht garantiu para a Inglaterra que a França renunciava às terras do Cabo do Norte, assim como a qualquer intenção em relação à navegação do Amazonas. A navegação deste rio era única e exclusiva da marinha portuguesa, além do trânsito de Caiena para o sul do Vicente Pinzón ser proibido. Por outro lado, o Tratado excluiu os comerciantes lusos de fazer negócio com Caiena<sup>19</sup>, mas os franceses não cumpriam o Tratado de Utrecht e aproximaram-se o máximo possível do Amazonas, seu verdadeiro e constante objetivo.

Depois de 1720, ambos os países começaram novamente a instalação de postos militares, de missões religiosas e de entrepostos comerciais para afirmar suas pretensões na região. Forças expedicionárias francesas e indígenas arrasam os fortes portugueses do Cabo do Norte e tomam posse da região. São as últimas décadas do império colonial francês nas Américas.

Depois de ter perdido uma grande parte de suas terras na América no Tratado de Paris em 1763, o governo francês decidiu enviar uma grande expedição para a Guiana. O ministro francês Étienne-François Choiseul incentivou a colonização voluntária da Guiana. Milhares de pessoas são enviadas da França para acelerar de maneira decisiva a colonização das terras. O nascimento deste projeto tem, pelo menos, dois fatores: o mapeamento à procura de uma terra continental mais facilmente defensável do que as ilhas; a falta de uma forte colônia no lugar.

A decisão do governo francês foi a colonização de Guiana Francesa com cerca de 9.000/12.000 colonizadores de diferentes regiões europeias, como Renânia, Prússia, Áustria, Suíça, Holanda e França (neste caso, sobretudo colonizadores do território francês denominado Acádia, na América do Norte). Atraídos pelas lendas do Eldorado veiculadas pela propaganda do governo, desembarcaram em Kourou, depois de uma viagem longa e difícil de 51 dias.<sup>20</sup> Entre dezembro de 1763 e fevereiro de 1765, desembarcaram cerca de 9.000 colonos. No total, tratava-

<sup>18</sup> MORAES, Mello. *Corographia, Historica, Cronographica, Genealogica, Nobiliaria e Politica do Imperio de Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro, 1858, p. 418.

<sup>19</sup> FERREIRA, Fábio. A política externa joanina e a anexação de Caiena: 1809-1817. *Revista Tema Livre*, Rio de Janeiro, n.10, 2001. Disponível em: <<http://www.revistatemalivre.com/sitenovo/tag/marques-de-queluz>>. Acesso em 2 maio. 2015.

<sup>20</sup> MONTABO, Bernard. *Le Grand livre de l'histoire de la Guyane*, volume I. Des origines à 1848 ; Collection Le Grand Livre; Éditions Orphie, 2004, p. 135

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031

se de cerca de 12 mil colonos, incluindo soldados e nascimentos ocorridos na Guiana Francesa, mas a taxa de mortalidade foi alta porque morreram, antes de 1 de outubro de 1765, 7.000 colonos e 2.000 ou 3.000 foram repatriados<sup>21</sup>. A alta cifra não leva em conta os escravos e os nativos americanos que morreram por causa de doenças que os europeus trouxeram. O fracasso da expedição assinalou a renúncia do projeto colonizador por muitos anos. Além disso, a população branca era ainda muito pequena para a proteção das “fronteiras”.

### **O impacto da Revolução Francesa e a primeira coligação para a Guiana Francesa e Portuguesa**

A Revolução Francesa é o produto de diferentes fatores. Um fator muito importante foi a Guerra Revolucionária Americana (1775–1783). Esta Guerra transformou o mundo colonial de maneira insustentável. O tratado de amizade entre França e os revolucionários americanos no ano de 1778 fortaleceu os movimentos anticoloniais em toda a América. Depois da derrota das forças britânicas em 1781 e do tratado de paz em 1783, a independência pareceu para muitos algo realizável. No Vice-Reino de Nova Granada, os grupos dos *comuneros* começaram uma guerra contra a classe dominante espanhola e crioula em 1781, que durou até 1785, e finalmente fracassou. Também no Brasil podem-se observar movimentos independentistas, separatistas e autonomistas no mesmo período, como o grupo mineiro de vários proprietários rurais, intelectuais, clérigos e militares. No caso das colônias espanholas, as ideias revolucionárias foram uma mistura de ideias europeias e americanas. Um centro da conspiração revolucionária com um impacto importante para o Brasil foi a Universidade de Montpellier. Sob a influência de Thomas Jefferson, embaixador dos Estados Unidos na França desde 1786, começou um intercâmbio intelectual entre ele e o estudante brasileiro José Joaquim Maia e Barbalho, que usava o pseudônimo Vendek. Da correspondência entre eles sabemos que o congresso continental americano apoiou o projeto de uma revolução no Brasil: “*pensam que os Estados Unidos é que poderiam dar-lhes um apoio honesto e, por vários motivos, simpatizam conosco (...) no caso de uma revolução vitoriosa no Brasil, um governo republicano seria instalado*”<sup>22</sup>.

O resultado do *know how transfer* entre os estudantes revolucionários brasileiros e os independentistas, separatistas e autonomistas foi a Inconfidência Mineira, também referida

---

<sup>21</sup> Ibid.

<sup>22</sup> JEFFERSON, Tomas. *Jefferson a Mr. Jay*. Marselha, 4 maio. 1787. AMI, II, p. 13-9, 1953.



Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031

como Conjuração Mineira de 1789, que fracassou, mas produziu uma consciência revolucionária no Brasil. O começo da Revolução Francesa significou para o Reino de Portugal não somente que as forças revolucionárias brasileiras receberam um impulso forte, mas também que havia um país vizinho ligado à Revolução: a Guiana Francesa.

Alguns anos antes de 1789, os franceses logram os primeiros êxitos colonizadores. Entre 1777 e 1791, o engenheiro suíço Jean Samuel Guisan<sup>23</sup> construiu, com força escrava, vários diques e também canalizou do rio Approuague. O começo da Revolução Francesa interrompeu, por enquanto, a maioria dos projetos. Quando a notícia da Revolução atingiu Cayenne em 1789, havia tumultos entre os escravos e os colonos brancos, e as plantações em Approuague e em Villebois foram queimadas. Na época da Revolução, havia 1.300 brancos e 10.500 escravos na Guiana Francesa<sup>24</sup>. Quando a Convenção aboliu a escravidão, em 1794, a maioria dos escravos deixou as plantações. Para atender aquela situação de desespero, a administração colonial tinha o poder de requisitar trabalhadores, principalmente para o escoamento do Approuague, mas muitos ex-escravos escaparam deste trabalho por meio da locação de pequenas parcelas de terra para produção de algodão e urucum. Outros se mudaram para Cayenne.

A Revolução Francesa preparou o palco para a colônia penal, que a Guiana Francesa tornou-se no século XIX. Um grupo de criminosos políticos foi deportado da França em 1793, e dois anos depois, as vítimas de *18 Fructidor* foram banidas para lá. Dentro de três meses, a maioria dos homens, que tinha sido enviado aos rios Sinnimary e Counamana, estava morta. Daqueles que retornaram, muitos escreveram sobre as suas experiências e ajudaram a estabelecer a “reputação Guiana’s para insalubridade”. Segundo Pitou, um dos deportados:

Agriculture cannot be carried on in this climate by Europeans; the white man who works the least and takes the greatest care of himself degenerates noticeably in the torrid zone. He who braves the sun there, who dares work there as in Europe, pays with his life for his courage and ignorance.... This land in which we were astonished to find ourselves was destined from the time of its discovery to serve as . . . the retreat of the vanquished, the grave of Africans, and the cemetery of exiled Europeans<sup>25</sup>

<sup>23</sup> EYNARD, Charles. *Le Chevalier Guisan, sa vie et ses travaux a la Guyane*. Paris, 1884.

<sup>24</sup> HANOTAUX, Gabriel; Martineau, Alfred. *Histoire des colonies francaises et de l'expansion de la France dans le monde*. v. 6. Paris, 1929-1933, p. 596.

<sup>25</sup> LOWENTHAL, David. Colonial Experiments in French Guiana, 1760-1800. *The Hispanic American Historical Review*, v. 32, n. 1, 1952. p. 41.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031

A Revolução Francesa exportou seu modelo revolucionário à Guiana para controlar a colônia. Depois dos governadores moderados, Jacques Martin de Bourgon (1789-91) e Charles Guillaume Vial d'Alais (1792-1793), o militar radical Henry Benoist assumiu o governo da colônia (1793-1794). Para controlar os governadores guianeses, a Revolução instalou intendentess e comissários. Augustin François Motais de Narbonne (1789-1791), Charles Antoine d'Aigremont (1790-1792), Vincent Boué (1789-1790 e 1795-1797) e Louis Arnaud de Corio (1794-1795) foram os primeiros intendentess revolucionários na Guiana. Nicolas Georges Jeannet-Oudin, um sobrinho de Danton, foi nomeado comissário civil pela Convenção, em 1793, depois foi agente particular do Diretório em 1796. Seu antecessor foi Frédéric Joseph Guillot, o comissário civil delegado pela Assembleia Nacional em 1792. Como já observado, na época da Revolução, havia 1.300 brancos e 10.500 escravos na Guiana Francesa<sup>26</sup>. Quando a notícia da Revolução atingiu Caiena, houve tumultos entre os escravos e os colonos brancos, e as plantações na Approuague e em Villebois foram queimadas. Os historiadores brasileiros Jonas Marçal de Queiroz e Flávio Gomes descrevem a situação da seguinte forma<sup>27</sup>:

Em 1793, uma petição de vereadores da Câmara de Vila de Macapá, admitia a rede de proteção que os fugitivos tinham junto aos escravos assenzalados e outros moradores, 'pois deles se mantinham amigos parte do ano, vindo do mocambo donde estavam refugiados pelas roças deste povo donde não só levavam os haveres que acham, mas ainda a roupa e ferramentas'<sup>28</sup>.

No ano de 1794, a escravidão foi abolida nas colônias francesas. A partir deste momento muitos escravos do norte do Pará fugiram para a Guiana Francesa. Uma comunicação entre o tenente Azevedo Coutinho e o Comandante da Fortaleza e Limite do Oyapock, em 12 de outubro de 1794, prova a fuga dos escravos nas fronteiras com a Guiana Francesa<sup>29</sup>.

Com um vizinho ligado à Revolução Francesa, o governo português no Brasil aumentou seu estado de alerta. Em 18 de abril de 1792, foi lida a sentença no Rio de Janeiro: doze dos inconfidentes foram condenados à morte. Mas, em audiência no dia seguinte, foi lido o

<sup>26</sup> HANOTAUX, Gabriel; Martineau, Alfred. *Histoire des colonies francaises et de l'expansion de la France dans le monde*. v. 6. Paris, 1929-1933, p. 596.

<sup>27</sup> QUEIROZ, Jonas Marçal de; GOMES, Flávio dos Santos. *Amazônia, fronteiras e identidades: reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX)*. *Lusotopie*, v.1, p. 31, 2002.

<sup>28</sup> BAENA, A.L Monteiro. *Discurso ou memória sobre a instrução dos franceses de Caiena nas Terras de Cabo Norte em 1836*. Maranhão, 1846, APEP, Códice 275, Ofício de 21 de fevereiro de 1793.

<sup>29</sup> *Ibid*, p. 54.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031

decreto de Maria I de Portugal pelo qual todos, à exceção de Tiradentes, tiveram a pena comutada. Tiradentes foi executado e esquartejado em 21 de abril de 1792. Um dia antes, a República Francesa declarou formalmente guerra contra a casa de Habsburgo, da Áustria. A guerra da Primeira Coligação também chamada de Primeira Coalizão (1792-1797) foi um esforço conjunto de diversas monarquias europeias contra a França revolucionária. Com a derrota dos franceses nos Países Baixos Austríacos no ano 1793, as forças francesas encontraram-se então numa situação defensiva dentro do seu próprio território. Uma consequência da derrota foi a radicalização da Revolução Francesa. Desde julho de 1793, o governo radical, sob a direção de Robespierre, iniciou uma contraofensiva. As primeiras forças portuguesas integraram-se às forças espanholas, atravessaram os Pirenéus e invadiram a França, dando início à Campanha do Rossilhão, também denominada Guerra da Convenção ou Guerra dos Pirenéus. Portugal participou ao lado da Espanha e do Reino Unido<sup>30</sup>, e o príncipe regente D. João de Portugal enviou uma divisão reforçada, denominada Exército Auxiliar a Coroa de Espanha, composta por 5.400 homens, sob o comando do tenente-general britânico John Forbes of Skellater. A Guerra da Convenção traduziu-se numa vitória para os franceses. A guerra terminou com o Tratado de Basileia, assinado a 22 de Julho de 1795, entre representantes da Espanha e da França, em que os franceses recuperaram todo o seu território, viram a república francesa ser reconhecida pela Espanha e ainda receberam da Espanha o território que aquele reino mantinha na ilha Hispaniola. A consequência da aliança era que Espanha e França mantinham-se agora em estado de guerra contra Portugal e sua aliada Grã-Bretanha. A França tinha por propósito romper a aliança luso-inglesa de modo a fechar os portos portugueses ao comércio britânico.

A Grã-Bretanha continuou em guerra com a França. Houve algumas tentativas de negociação da paz que, aliás, já tinham sido iniciadas em novembro de 1796. Já em 1794, teve início uma expedição conjunta do Exército e da Marinha britânica às Índias Ocidentais. A *joint venture* entre a frota e exército levou à conquista de quase todas as ilhas francesas. Um ano mais tarde, houve um contra-ataque francês sob Victor Hugues, para a recuperação de Guadalupe. Depois, pelo Tratado bilateral de Santo Ildefonso, em 1796, Espanha e França obrigavam-se à defesa e ataque mútuo contra a Grã-Bretanha. Os britânicos aproveitaram a ocasião para estender seus ataques militares contra as colônias espanholas no Caribe. O *ductus oficial* dos britânicos foi

---

<sup>30</sup> Tratado de Londres, assinado em 26 de setembro de 1793. HASSE, Friedrich-Christian-August. Johann VI: könig von Portugal. *Zeitgenossen: biographien und charakteristiken*, Leipzig: Brockhaus, Neue Reihe, v. 6, p.10, 1827.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031

“de impedir a propagação da revolução”. O estabelecimento de oito regimentos do *West Indies Regiments* em 1795 aumentou o poder militar das forças britânicas nas Américas. O tenente-general Sir Ralph Abercromby foi capturado em 17 de fevereiro de 1797, na ilha de Trinidad, localizada na província da Capitania Geral da Venezuela, no Orinoco Delta. Três dias antes, a frota britânica, na Batalha do Cabo Português de São Vicente, teve uma importante vitória sobre a frota espanhola. No mesmo ano, Abercromby conquistou a ilha francesa de Santa Lucia<sup>31</sup>. O ataque francês na ilha de Dominica foi igualmente repellido em 1795/96, tal como as guerras contra os Quilombolas e Índios Caribes, apoiadas pela França nas ilhas de Jamaica, Granada e São Vicente. Em 1796, os *British West India Regimentos* ocupavam as colônias holandesas Demerara, Berbice e Essequibo no continente sul-americano, a guerra foi prorrogada por uma dimensão holandesa. Em 17 de abril de 1797, o Ralph Abercromby atacou a ilha espanhola de Antilhas Porto Rico, leste de Hispaniola, mas não obteve sucesso, por causa da forte resistência das tropas de defesa espanhola. A guerra tinha chegado mais tarde do que 1794 nas Américas.

No ano de 1793, Paris aumentou as deportações de seus prisioneiros políticos a Caiena<sup>32</sup>, como no caso dos famosos revolucionários do jacobinismo, Jean-Marie Collot d'Herbois e Jacques Nicolas Billaud-Varenne. Collot d'Herbois era um francês ator, dramaturgo, ensaísta e revolucionário e era um membro do Comitê de Segurança Pública durante o reinado do terror. Ele administrou a execução de mais de 2.000 pessoas na cidade de Lyon. Em março de 1795, foi condenado com Bertrand Barère de Vieuzac e Billaud-Varenne de transporte para Cayenne, Guiana Francesa. Jacques Nicolas Billaud-Varenne foi também membro do Comitê de Segurança Pública. Ele foi preso como resultado da insurreição liderada pelos jacobinos de 12 Germinal do Ano III (1 de abril de 1795). A Convenção decretou sua deportação imediata para a Guiana Francesa. O político e diplomata francês, marquês de Barthélemy, foi preso e deportado para a Guiana Francesa depois do golpe de Estado do 18 Fructidor (17 de Setembro 1797), assim como o general Jean-Pierre Ramel<sup>33</sup>.

O medo da disseminação da revolução em território brasileiro aumentou. No Amapá, o governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho fazia um relatório das condições defensivas da Capitania do Pará em 1793. Já em 1796, D. Francisco de Sousa Coutinho escrevera

<sup>31</sup> HARMSEN, Jolien; ELLIS, Huy; DEVAUX, Robert. *A History of St. Lucia*. Vieux Fort SL, 2012. p. 64-65.

<sup>32</sup> LOWENTHAL, op. cit., p. 41.

<sup>33</sup> RAMEL, Jean-Pierre. *Narrative of the Deportation to Cayenne, of Barthélemy, Pichegru, Willot, Marbois, La Rue, Ramel, etc.* London: J. Wright, 1799.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031

ao irmão, então governador do Pará, “que vendo grande probabilidade de poderdes conquistar a Ilha de Caiena e domínios franceses na Guiana, assim o façais”<sup>34</sup>.

Alguns desses falsos limites foram consagrados por instrumentos internacionais. O Tratado de Paris de 10 de agosto de 1797 determinou a fronteira da Guiana no rio Calçoene (ou rio Vicente-Pinson), mas não foi ratificado por Portugal<sup>35</sup>. A demarcação dos limites entre a América portuguesa e a Guiana Francesa parecia dificultar a adoção de uma política conjunta.

### **As consequências da Guerra das Laranjas e da Guerra da Segunda Coligação**

A invasão de Portugal por um exército espanhol, em 1801, no conflito que ficou conhecido como Guerra das Laranjas (1801), está também associada a estes acontecimentos. Trata-se de uma campanha que não pode deixar de ser referida no âmbito da Guerra da Segunda Coligação (1798/1802). O conflito armado entre Portugal e Espanha espalhou-se para a América do Sul, onde a guerra é chamada Guerra de 1801. O foco do conflito foi a fronteiras no Rio Grande do Sul, o Mato Grosso e também a fronteira com a Guiana Francesa. Depois da derrota de Portugal contra a Espanha e a perda de território da Olivença, Napoleão Bonaparte apresentou as suas condições para obter a paz (em Madri). Portugal devia abandonar a sua aliança com a Grã-Bretanha e proibir os navios ingleses de comercializarem em portos portugueses. Em vez disso, o governo francês decretou o estabelecimento de facilidades comerciais para o comércio francês, tanto em Portugal como no Brasil. Para pagar uma indenização de guerra à França, Portugal reclamou pagamento de compensação e também o regulamento das fronteiras entre as Guianas<sup>36</sup>. A ideia da França era ampliar a Guiana Francesa à custa do Norte do Brasil. Portugal teve que ceder à França praticamente todo o território português da fronteira da Guiana Francesa para a foz do Amazonas, no Rio Carapanatuba (o chamado Português-Guiana): “Los límites entre las dos Guyanas francesa y portuguesa se fijarán de aquí adelante por el río Carapanatub, que

<sup>34</sup> GOYCOCHEA, Luis Felipe Castilhos. *A diplomacia de D. João VI em Caiena*. Rio de Janeiro: G. T. L., 1963. p. 122.

<sup>35</sup> *Primeira Comissão Demarcadora de Limites (PCDL)*. Códice A-44, correspondência entre os governadores e Portugal. Comunicação oficial de 29 de março de 1798.

<sup>36</sup> Artigo IV do Tratado de Madrid, 29 de setembro de 1801.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031

desagua en el de las Amazonas á un tercio, poco más ó menos, de grado del Ecuador, latitud septentrional, más arriba del fuerte de macapa”<sup>37</sup>.

Problemas econômicos e uma crise política interna no Reino Unido forçaram a paz com Napoleão e seus aliados. O tratado de paz de Amiens (1802) significava algumas decisões importantes para a América. Acerca da “questão da Guiana”, França e Portugal encontraram uma fórmula em Amiens. O artigo VII do Tratado de Amiens diz “que, como o de Badajoz, determinava que o extremo acompanhasse o Araguari até a sua cabeceira e daí seguisse por uma reta a encontrar o rio Branco”:

Los territorios y posesiones de Su Majestad Fidelísima se mantienen en su integridad, tal como lo fueron antecedente de la guerra. Sin embargo, los límites de la Guayana francesa y portuguesa son fijados por el río Arrowary (puerto Araguari), que desemboca en el océano por encima de Cabo del Norte, cerca de las islas Nuovo y Penetentia, alrededor de un grado y un tercio de latitud norte. ... En consecuencia, la ribera norte del río Arrowary, de su dicha boca a su fuente, y los territorios que se encuentran al norte de la línea de los límites establecidos como el anterior, pertenecerá en plena soberanía de la república francesa. La orilla sur de dicho río, desde la misma boca, y todos los territorios al sur de dicha línea, deberán pertenecer a su majestad más fiel. La navegación del río Arrowary, a lo largo de todo su curso, será común a ambas naciones.<sup>38</sup>

### **Invalidação dos Tratados e a Colônia de Caiena e Guiana**

A Corte de Lisboa viu-se constringida a refugiar-se no Rio de Janeiro no ano de 1807, com o apoio de Percy Clinton Sydney Smythe, sexto visconde de Strangford. A frota portuguesa com a corte real foi escoltada por navios da Armada Britânica e chegou ao Brasil. A intervenção francesa contra Espanha e Portugal do período de 1807-1809 teve como objetivo impor às duas nações o respeito ao Bloqueio Continental, de 21 de novembro de 1806.

Dom João VI e a corte portuguesa chegaram ao Rio de Janeiro no dia 8 de março de 1808. Uma das primeiras medidas políticas de Dom João VI foi a declaração de guerra à

<sup>37</sup> OVILO Y OTERO, Manuel. *Cuenta dada de su vida política por Don Manuel Godoy, Príncipe de la Paz, III*. Madrid: Impr. de B. Lamparero, 1856, p. 431.

<sup>38</sup> Ibid. p. 431; PEREIRA, Renato Barbosa; RODRIGUES, O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.2, ano 7, p. 202, 1945.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031

França<sup>39</sup>. Além disso, renunciou formalmente aos tratados de Paris, Badajoz e Madrid, em 1 de maio de 1808. Já em 1 de dezembro de 1808, as tropas navais desembarcam na costa da Guiana Francesa. Em 27 de outubro de 1808, partiram de Belém 751 homens vindos da Capitania do Grão-Pará, comandados pelo Tenente-Coronel Manuel Marques. Pelo mar, receberam o apoio da Marinha Real Britânica, por intermédio de uma esquadra inglesa, sob o comando do chefe das forças navais James Lucas Yeo, a bordo da Corveta HMS *Confiance*, com 26 peças de artilharia. O governo britânico garantiu a Dom João o reconhecimento da soberania portuguesa sobre a Guiana Francesa. Dom João enviou tropas para invadir a Guiana Francesa. O governador do Pará, capitão-general e tenente-general José Narciso de Magalhães de Meneses, há muito tomou posição firme em relação aos franceses de Caiena<sup>40</sup>.

Em 12 de novembro de 1808, as forças militares portuguesas atingiram o Cabo do Norte e em 14 de dezembro de 1808 travaram seu primeiro combate na Guiana, às margens do Rio Oiapoque, e ocuparam uma pequena povoação francesa<sup>41</sup>. Do lado de Suriname, as tropas inglesas conquistaram as principais fortificações francesas no Rio Maroni, em 27 de dezembro de 1808. Nas lutas para ocupar Cayenne, em 1809, os franceses enviaram escravos negros para as linhas de frente, enquanto os portugueses contaram com índios armados de seus aldeamentos. Em 6 de janeiro de 1809, as tropas de ocupação conquistaram o Forte Diamante na Guiana Francesa e chegaram no dia seguinte ao Forte Degrad-des-Cannes, que conquistaram sem resistência. Em seguida, conquistaram o Forte Trió e chegaram em 14 de janeiro de 1809 à capital Caiena. Em conjunto com os ingleses prepararam o assalto de Caiena, mas antes do ataque o governador Victor Hugues rendeu-se (assinando na Praia da Bourda a rendição), porque a resistência foi inconsistente, apesar das fortificações de Caiena. Victor Hugues era comandante e governador da Guiana Francesa desde o ano 1802. Junto com o Diretor Administrativo Auguste Alexandre François Benoist-Cavay (1799-1809) e o inspetor da Marinha em Caiena Étienne Charles

---

<sup>39</sup> *Cópia da declaração de guerra feita por D. João a Napoleão Bonaparte e todos os seus vassallos*. Tribunal do Desembargo do Paço, Notação: caixa 231, pct. 1 Datas–limite: 1808-1818. Título do fundo: Mesa do Desembargo do Paço. Disponível em:

<<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=272&sid=109>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

<sup>40</sup> SARNEY, José; COSTA, Pedro. *Amapá: a terra onde o Brasil começa*. Brasília: Conselho Editorial, 1999, p. 131.

<sup>41</sup> CWIK, Christian. Die amerikanische Dimension des Wiener Kongresses. *Der Wiener Kongress. Die Erfindung Europas [The Congress of Vienna. The Invention of Europe]*. Viena: Carl Gerold's Sohn, 2014. p. 120-143.

Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031

Lacaze (1802-1809) e outros funcionarios franceses, saíram da Guiana pela embarcação Infante Dom Pedro, comandada pelo capitão de fragata Luís da Cunha Moreira<sup>42</sup>.

O primeiro governador da nova colônia de Caiena e Guiana foi o tenente-coronel Manuel Marques (janeiro-outubro, 1809), que governou a colônia provisoriamente. A Guiana passou a ser administrada por Pedro Alexandrino Pinto de Sousa (1809-1810) e João Severiano Maciel da Costa, depois marquês de Queluz (1810-1817). Maciel da Costa instalou um governo português em 8 de janeiro de 1810; infelizmente, faltam estudos sobre o sistema político e econômico da colônia de Caiena e Guiana, durante o período português. No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, existem documentos sobre.

das importações e exportações entre a colônia de Caiena e Guiana e os portos do Pará, Maranhão, Pernambuco e Lisboa no ano de 1813. O documento mostra os principais produtos comercializados, dos quais constam as especiarias, vinho, arroz, carnes, azeite, e diversos outros gêneros que serviam como moeda de troca no comércio internacional<sup>43</sup>.

Além disso, existe no Arquivo Nacional um perfil da população (dezembro de 1813) e um controle de entrada e saída de embarcações (6 de fevereiro de 1810).

Pela evolução da situação política na Europa, Portugal e Grã-Bretanha assinaram um tratado no Rio de Janeiro em 1810. A Inglaterra comprometia-se a ajudar Portugal a estabelecer os limites no norte do Brasil de acordo com a interpretação portuguesa do Tratado de Utrecht.

A invalidação quanto aos Tratados de Badajós e de Madri foi confirmada pelo artigo secreto adicional ao de Paris de 1814, em que se declarava que Portugal e França renunciavam mutuamente a todo o direito e desligavam-se de qualquer obrigação que deles pudesse resultar<sup>44</sup>.

O Tratado de Paris entre França e Grã-Bretanha estabeleceu a devolução de Caiena. Dom João VI negou-se a cumprir o acordo secreto entre França e Grã-Bretanha e mandou o conde de Palmela, Antônio de Saldanha da Gama, e Dom Joaquim Lobo da Silveira a Viena para negociar um compromisso com o representante francês, Charles Maurice de Talleyrand-Périgord, e com o lord Robert Stewart, viscount Castlereagh, o representante inglês.

<sup>42</sup> JAMES, William. *The Naval History of Great Britain*. Conway Maritime Press, London, v. 5, p. 212; 1827; 2002,

<sup>43</sup> *Caiena*: mapa do comercio. Conjunto documental: Documentos Diversos Notação: caixa 1192 Datas-limite: 1792-1816, Título do fundo: Caiena, Código do fundo: OF Argumento de pesquisa: Caiena Data do documento: 1813, Local: Caiena Folha (s). Disponível: <<http://migre.me/rEoNV>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

<sup>44</sup> PEREIRA, Renato Barbosa Rodrigues. *O Barão do Rio Branco*, 1945, v. 2, p. 202. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1945\\_v7\\_n2.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1945_v7_n2.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2015.



Outros Tempos, vol. 12, n. 20, 2015 p. 173-189. ISSN: 1808-8031

Mudada a situação política e militar da Europa; livre da opressão napoleônica, Portugal voltou a propugnar o cumprimento do Tratado de Utrecht, que foi afinal assinado em Viena, em 12 de maio de 1815, quando se declarou nas atas finais (Artigo 107), de 9 de junho de 1815, que Portugal comprometia-se a restituir à França a Guiana Francesa até o rio Oiapoque, cuja embocadura se acha entre o quarto e o quinto grau de latitude norte, “limite que Portugal sempre considerou como o que tinha sido fixado pelo Tratado de Utrecht”<sup>45</sup>.

No ano seguinte, a França mandou ao Rio de Janeiro o duque de Luxembourg para tratar da transferência. Em 5 de setembro de 1816, D. João VI mandou devolver a Guiana. A retomada da colônia pela França apenas se concretizou em 1817, com a assinatura de uma convenção particular entre as duas coroas. Em 28 de agosto de 1817, novo tratado em Paris precisou que a devolução seria até o Oiapoque, esclarecendo que sua embocadura estava entre o 4° e o 5° graus de latitude setentrional e até o 322° grau de longitude a leste da ilha de Fer, e dele seguindo pelo paralelo de 2° 24’ de latitude setentrional até a fronteira com a Guiana Holandesa (atual Suriname).

[...] o governo português comprometeu-se a restituir, dentro de três meses, o território da Guiana Francesa até o rio Oiapoque; nele também se determinou a nomeação de uma comissão mista para proceder à fixação definitiva dos seus limites ‘conforme o sentido do artigo 8° do Tratado de Utrecht e as estipulações do Ato do Congresso de Viena.’<sup>46</sup>

Em 21 de novembro de 1817, obedecendo aos acordos do Paris e Viena, Maciel da Costa entrega o governo de Caiena ao conde Carra de Saint-Cyr, general de Luís XVIII.

<sup>45</sup> “[...] S.A.R. le prince régent du Portugal et du Brésil, pour manifester d'une manière incontestable sa considération particulière pour S.M.T.C., s'engage à restituer à Sa dite Majesté la Guiane française jusqu'à la rivière d'Oyapock [...] limite que le Portugal a toujours considérée comme celle qui avait été fixée par le traité d'Utrecht.” Artigo 107 do Congresso de Viena. Disponível em: <[http://www.histoire-empire.org/articles/congres\\_de\\_vienne/acte\\_du\\_congres\\_de\\_vienne\\_09.htm](http://www.histoire-empire.org/articles/congres_de_vienne/acte_du_congres_de_vienne_09.htm)>. Acesso em: 18 maio 2015.

<sup>46</sup> ARAÚJO JORGE, A. G. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 61.